

- Pesquisa da Deloitte aponta que entre os principais motivos para a estruturação da Governança Corporativa estão o aumento da transparência e da qualidade das informações (84%) e a profissionalização da gestão (71%);
- 94% dos respondentes reconhecem a relevância de uma boa estrutura de governança para a sua organização;
- 72% dizem ter experiência cima de 5 anos com a adoção e a implantação das regras de governança.

O atual cenário de inflexão econômica e o movimento do mercado em direção à ética e transparência têm mobilizado as empresas brasileiras a avançar na adoção de práticas de governança corporativa. É o que mostra a nova edição da pesquisa da Deloitte sobre o tema, “A caminho da transparência – A evolução dos pilares da governança corporativa”. O estudo buscou identificar como as empresas têm estruturado suas áreas e estratégias de governança e como os empresários e executivos veem os movimentos do mercado nessa direção.

Participaram do estudo 103 empresas, sendo 79% delas com capital de origem brasileira. Cerca de dois terços dos profissionais respondentes pertencem ao grupo de gestão das empresas (diretores, presidentes e conselheiros). Praticamente metade da amostra faturou até R\$ 500 milhões em 2014 (48%), 38% acima de R\$ 1 bilhão e 14% entre R\$ 500 milhões e R\$ 1 bilhão.

De acordo com o estudo, o número de profissionais que avaliam como alta a importância de contar com uma boa estrutura de governança corporativa subiu dez pontos percentuais nos últimos dois anos. Somadas as respostas de alta e média importância, pode-se considerar que 94% dos respondentes reconhecem a relevância de uma boa estrutura de governança para a sua organização. O aumento da transparência e da qualidade das informações (84%) e a profissionalização da gestão (71%) estão entre os principais motivos para estruturação da Governança Corporativa.

“A pauta da ética e da transparência nunca foi tão forte”, diz Camila Araújo, sócia da área de Consultoria em Gestão de Riscos e líder do Centro de Governança Corporativa da Deloitte, para quem as pressões regulatórias e de mercado ganharam relevância no período, especialmente com a implantação da Lei Anticorrupção. “A legislação tem imposto às empresas a necessidade de adoção de controles internos e processos de conformidade e de contar com reportes mais rígidos. Além disso, ganha importância a visão de que a governança pode oferecer um diferencial competitivo”, afirma.

Camila lembra que, mais do que um discurso na busca por um diferencial competitivo, as novas formas de acesso às informações estão impondo um ritmo acelerado de gestão de riscos, envolvendo a reputação e a imagem das corporações. As boas práticas de governança, assim, têm de ser consistentes e alinhadas às práticas do negócio, para que, de fato, possam trazer resultados efetivos, o que inclui um lastro de credibilidade que mantenha a atratividade da empresa e o acesso a investimentos.

Na esteira desse processo, a Lei Anticorrupção foi um marco para a adoção de mais rigor e transparência dentro das organizações. A pesquisa mostra que 37% dos respondentes apontaram as pressões regulatórias como um fator que motivou a adoção de regras mais rígidas de governança. Em 2013, esse percentual era de 12%. A redução nos custos de captação e a abertura de capital foram apontadas por 19% dos entrevistados na pesquisa de 2015, ante um percentual de 8% e 7%, respectivamente, em 2013. Além disso, 72% dos entrevistados afirmam ter experiência com as regras de governança há mais de 5 anos, enquanto 39% dizem ter implantado e já usufruir das regras no mesmo período.

## Estrutura das organizações

A pesquisa mostra ainda que 80% das empresas entrevistadas afirmam possuir Conselhos de Administração. Das que não possuem, 13% pretendem instalar um conselho nos próximos dois anos e apenas 7% dizem não ter intenção de adotar esse modelo de gestão. Além disso, de acordo com o levantamento, 95% dizem contratar empresas de auditoria externa para supervisão e controle de suas atividades.

Os conselhos de administração das empresas têm a prerrogativa de ter atuação independente e focada nos objetivos e na estratégia da organização para o longo prazo. Já a liderança executiva é responsável pela implementação dessa estratégia e recomenda-se que não haja sobreposição ou conflito entre essas funções, que têm naturezas diferentes e complementares. Ou seja, o ideal é que o presidente executivo, ou Chief Executive Officer (CEO), não exerça de forma concomitante o papel de presidente do conselho.

Nesse aspecto, a amostra da pesquisa indica um discreto aumento no número de empresas em que o diretor executivo exerce o papel de presidente do conselho de administração – passou de 24% em 2013 para 27% em 2015. O dado pode ser reflexo de um aumento geral no número de conselhos formados no Brasil, especialmente em empresas de médio porte, nas quais é comum que o CEO assuma o papel de presidente do conselho de administração para iniciar o processo de estruturação e adoção de mecanismos de governança.

Por outro lado, o número de membros independentes dos conselhos aumentou de 59% para 67%, o que contribui para a profissionalização e o equilíbrio na relação de poder entre as esferas executivas e de governança. Com relação à participação das mulheres houve uma pequena queda na participação feminina nos Conselhos de Administração, de 41% em 2013 para 38% em 2015.

[Leia a pesquisa na íntegra](#)

**Fonte:** [Deloitte](#), em 17.12.2015.